



OFÍCIO MENSAGEM № J22 /2020/SECC

Goiânia, Jl de maio de 2020.

A Sua Excelência o Senhor Deputado Estadual Lissauer Vieira Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás Palácio Alfredo Nasser 74019-900 Goiânia/GO

Assunto: Projeto de Lei para abertura de crédito à Secretaria de Estado da Saúde.

Senhor Presidente,

- 1 Encaminho à apreciação e à deliberação da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás o incluso projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial à Secretaria de Estado da Saúde.
- A proposta, constante do Processo nº 202000010014590, visa a abertura de crédito especial para suportar despesas com o custeio de 23 (vinte e três) contratos celebrados entre o Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, com comunidades terapêuticas. Esse pagamento é devido a serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. Os recursos integram a Unidade Orçamentária 2801 Gabinete do Secretário da Saúde.
- A iniciativa decorre de solicitação iniciada pelo Memorando nº 52/2020/GPI-11948, da Gerência de Planejamento Institucional da Secretaria de Estado da Saúde, que, via o Ofício nº 4.078/2020/SES, remeteu os autos à Secretaria de Estado da Economia, que, por meio da Exposição de Motivos nº 25/2020/ECONOMIA, manifestou-se pela oportunidade e conveniência do projeto de lei.
- A Secretaria de Estado da Economia indicou que o pleito será viabilizado à conta de "recursos decorrentes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964".
- 5 A Procuradoria-Geral do Estado PGE, via o Despacho nº 608/2020/GAB, indicou a necessidade de autorização legislativa para a realização de despesa pública não prevista na Lei

Orçamentária Anual ou mesmo para suplementação de dotações que se mostrarem insuficientes. Feito isso, a PGE afirmou que não haveria comprometimento da juridicidade proposta, e a manifestação do órgão, por conseguinte, seria favorável.

Atenciosamente,

RONALPO CAIADO

Governador do Estado





PROJETO DE LEI Nº

. DE

DE

DE 2020

Autoriza a abertura de crédito especial à Secretaria de Estado da Saúde.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, no corrente exercício, crédito especial à Secretaria de Estado da Saúde no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), destinado a cobrir despesas a serem realizadas na fonte: (100) - Receitas Ordinárias, conforme Anexo Único.

Art. 2º Os recursos necessários para possibilitar a abertura do crédito especial autorizado no art. 1º serão provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. Após a abertura do crédito especial autorizado nesta Lei, fica autorizada a sua suplementação, desde que a indicação de recursos seja proveniente da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, de

de 2020,

132º da República.

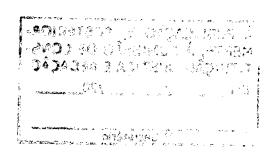
RONALDO CAIADO Governador do Estado



ANEXO ÚNICO

DETALHAMENTO DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Exercício	rgão 2800 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE nidade 2801 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE unção 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL ubfunção 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Órgão		
Unidade		
Função		
Subfunção		
Programa		
Ação	2155 - PREVENÇÃO, PROTEÇÃO E INTEGRAÇÃO AO DEPENDENTE QUÍMICO	
Grupo de Despesa	03 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Fonte	nte 100 - RECEITAS ORDINÁRIAS	
Modalidade de Aplicação	90 - APLICAÇÕES DIRETAS	
Valor	4.000.000,00	



SECC/GERAT/VHGL

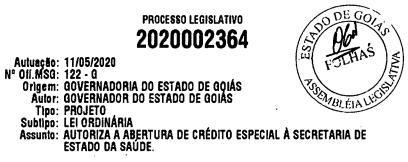
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-MENTE, À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Em 1 2 05 20 20

1° Sécretário

PROCESSO LEGISLATIVO

2020002364











ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

OFÍCIO MENSAGEM № J22 /2020/SECC

Goiânia, Jl de maie de 2020.

A Sua Excelência o Senhor Deputado Estadual Lissauer Vieira Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás Palácio Alfredo Nasser 74019-900 Goiânia/GO

Assunto: Projeto de Lei para abertura de crédito à Secretaria de Estado da Saúde.

Senhor Presidente,

- 1 Encaminho à apreciação e à deliberação da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás o incluso projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial à Secretaria de Estado da Saúde.
- A proposta, constante do Processo nº 202000010014590, visa a abertura de crédito especial para suportar despesas com o custeio de 23 (vinte e três) contratos celebrados entre o Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, com comunidades terapêuticas. Esse pagamento é devido a serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. Os recursos integram a Unidade Orçamentária 2801 Gabinete do Secretário da Saúde.
- A iniciativa decorre de solicitação iniciada pelo Memorando nº 52/2020/GPI-11948, da Gerência de Planejamento Institucional da Secretaria de Estado da Saúde, que, via o Ofício nº 4.078/2020/SES, remeteu os autos à Secretaria de Estado da Economia, que, por meio da Exposição de Motivos nº 25/2020/ECONOMIA, manifestou-se pela oportunidade e conveniência do projeto de lei.
- A Secretaria de Estado da Economia indicou que o pleito será viabilizado à conta de "recursos decorrentes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964".
- 5 A Procuradoria-Geral do Estado PGE, via o Despacho nº 608/2020/GAB, indicou a necessidade de autorização legislativa para a realização de despesa pública não prevista na Lei

Orçamentária Anual ou mesmo para suplementação de dotações que os insuficientes. Feito isso, a PGE afirmou que não haveria comprometimento da juridicidade proposta, e a manifestação do órgão, por conseguinte, seria favorável.

Atenciosamente,

Governador do Estado





PROJETO DE LEI Nº

, DE

DE

DE 2020

Autoriza a abertura de crédito especial à Secretaria de Estado da Saúde.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, no corrente exercício, crédito especial à Secretaria de Estado da Saúde no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), destinado a cobrir despesas a serem realizadas na fonte: (100) - Receitas Ordinárias, conforme Anexo Único.

Art. 2º Os recursos necessários para possibilitar a abertura do crédito especial autorizado no art. 1º serão provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. Após a abertura do crédito especial autorizado nesta Lei, fica autorizada a sua suplementação, desde que a indicação de recursos seja proveniente da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

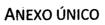
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, de

de 2020,

132º da República.

RONALDO CAIADO Governador do Estado





Exercício	2020	
Órgão	2800 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	
Unidade	2801 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE	
Função	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção	244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Programa	1043 - SAÚDE INTEGRAL	
Ação	2155 - PREVENÇÃO, PROTEÇÃO E INTEGRAÇÃO AO DEPENDENTE QUÍMICO	
Grupo de Despesa	o de Despesa 03 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Fonte	100 - RECEITAS ORDINÁRIAS	
Modalidade de Aplicação	1 90 - APLICACOES DIRETAS	
Valor	4.000.000,00	

ľ	À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-
Í	MENTE, À COMISSÃO DE COMS-
	TITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.
ļ	Em
	1º Sacretário

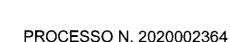
SECC/GERAT/VHGL

À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-MENTE, À COMISSÃO DE CONS-TITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO. Em 12/05/2020

1º Sécretário



COMISSÃO MISTA
Ao Sr. Dep. <u>kerson nodrugues</u>
PARA RELATAR
Sala das Comissões Deputado Solon Amara
Em 12 / 05 / 2020.
Presidente:



INTERESSADO: GOVERNADORIA DO ESTADO

ASSUNTO: Autoriza a abertura de crédito especial à Secretaria de Estado da Saúde -

SES.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria da Governadoria do Estado, autorizando o Chefe do Poder Executivo a abrir, no corrente exercício, crédito especial em favor da Secretaria de Estado da Saúde – SES –, no valor total de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) destinado a despesas a serem realizadas na Fonte 100 – Receitas Ordinárias.

Segundo consta no Ofício Mensagem, a medida se justifica em razão da necessidade de suportar despesas de contratos celebrados com comunidades terapêuticas, no âmbito da SES. Indica como fonte de recursos a anulação de dotações orçamentárias.

Ademais, autoriza posterior suplementação dos créditos especiais a serem abertos, desde que indicados recursos provenientes de anulação de dotações.

Essa é a síntese da proposição em análise.

O crédito especial é destinado a despesas para as quais não há dotação orçamentária específica. O fato é que o crédito especial cria nova ação para atender objetivo não previsto no orçamento.

O inciso V do art. 167 da Constituição Federal veda a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes:

Art. 167. São vedados:

 $[\ldots]$

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Por sua vez, a Lei federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, em seu art. 43, preceitua que a abertura dos créditos especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa:



Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais de pende de existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa especiais precedida de exposição justificativa.

Consideram-se recursos para tal fim: o superavit financeiro; os provenientes de excesso de arrecadação; os resultantes de anulação de dotação orçamentária ou de créditos adicionais; e o produto de operações de crédito (Lei 4.320, de 1964, art. 43, § 1°).

No caso sob exame, além de o projeto estar justificado, são indicados recursos para atender o pretendido crédito especial.

Isso posto, verifica-se que a propositura em pauta guarda conformidade com o sistema vigente, razão pela qual somos por sua **aprovação**.

É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 12 de,

de 2020.

Deputado JEFERSON RODR

Rélator

RRV/RDEP

COMISSÃO MISTA

A Comissão Mista

Aprova o Parecer do Relator Favorável à Matéria

Processo N°. 2364 2020

Em <u>12, / 05</u>

Sala das Comissões Dep. Solon Amara

DEPUTADOS PRESENTES				
01) ÁLVARO GUIMARÃES (DEM)	20) HUMBERTO AIDAR (MDB)			
02) ALYSSON LIMA (REPUBLICANOS)	21) ISO MOREIRA (DEM)			
03) AMAURI RIBEIRO (PATRIOTA)	22) JEFERSON RODRIGUES (REPUBLICANOS)			
04) AMILTON FILHO (SOLIDARIEDADE)	23) KARLOS CABRAL (PDT)			
05) ANTÔNIO GOMIDE (PT)	24) LÊDA BORGES (PSDB)			
06) BRUNO PEIXOTO (MDB)	25) LUCAS CALIL (PSD)			
07) CAIRO SALIM (PROS)	26) MAJOR ARAÚJO (PSL)			
08) CHARLES BENTO (PRTB)	27) PAULO CÉSAR MARTINS (MDB)			
09) CHICO KGL (DEM)	28) PAULO TRABALHO (PSL)			
10) CORONEL ADAILTON (PP)	29) RAFAEL GOUVEIA (PP)			
11) DEL. ADRIANA ACCORSI (PT)	30) RUBENS MARQUES (PROS)			
12) DEL. EDUARDO PRADO (PV)	31) TALLES BARRETO (PSDB)			
13) DEL. HUMBERTO TEÓFILO (PSL)	32) THIAGO ALBERNAZ (SOLIDARIEDADE)			
14) DIEGO SORGATTO (PSDB)	33) TIÃO CAROÇO (PSDB)			
15) DR. ANTONIO (DEM)	34) VINICIUS CIRQUEIRA (PROS)			
16) GUSTAVO SEBBA (PSDB)	35) VIRMONDES CRUVINEL FILHO (CIDADAN)			
17) HELIO DE SOUSA (PSDB)	36) WAGNER NETO (PROS)			
8) HENRIQUE ARANTES (MDB)	37) WILDE CAMBÃO (PSD)			
9) HENRIQUE®CÉSAR (PSC)	38) ZÉ CARARÔ (DC)			

Presidente: